



## **DISCUSSÃO EM TORNO DE UM CONCEITO PROPOSITIVO: ECO-SEGURANÇA ALIMENTAR**

OLIVEIRA, José Carlos de  
*Professor do Programa de PPGHCTE/UFRJ*  
jcarlos@dee.ufrj.br

DIAS, Juliana  
*Estudante de doutorado PPGHCTE/UFRJ*  
juliana.gourmet@gmail.com

CHIFFOLEAU, Monica  
*Estudante de mestrado do Programa de PPGHCTE/UFRJ*  
monichiffoleau@yahoo.fr

48

### **RESUMO**

Este artigo visa apresentar uma discussão em torno de questões relativas a proposição de um novo conceito para a Segurança Alimentar. Considera como pressuposto que tem ocorrido alguns desencontros, e conflitos, entre os propositores de ações e políticas para eliminação de insegurança alimentar. Esta por sua vez tem adquirido novas feições no presente estágio do sistema alimentar no contexto de globalização da economia. Portanto, com base nas limitações e contradições observadas na utilização do presente conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por grupos ligados à saúde, ao meio ambiente, gênero, aos direitos humanos, à nutrição, reforma agrária, agroecologia, agricultura familiar, , economia solidária, educação popular, dentre outros, é que se envereda em proposição de um novo conceito. O intuito é adensar o debate e, prospectivamente, sugerir novas alternativas de tratar a questão. Introduce-se, assim, novos descritores, que acreditamos necessários para a composição de um macroconceito a que denominamos de Eco-segurança Alimentar, mais adequado para tratar das dissonâncias de se produzir alimentos em quantidade suficiente e de boa qualidade para a continuidade sadia da vida no mundo.

**Palavra-chaves:** Segurança e Soberania Alimentar, Ética, Eco-Segurança Alimentar.

### **ABSTRACT**

This article presents a discussion about the proposition of a new Food Security concept. It considers some controversies and conflicts among those engaged in implementing policies and actions designed to prevent and end food insecurity. Nowadays, such insecurity has acquired new features due to the present state of the food supply chain within the globalized economy context. Having in mind the limitations and contradictions observed in the use of the current concept of *Segurança Alimentar e Nutricional* (Food Security and Nutrition) by some organizations from different fields such as health, environment, nutrition, human rights, agrarian reform, agro-ecology, family farming, gender, local economy and popular education organizations among others, it would be important the proposition of a new concept. The objective is to enrich the debate and suggest new alternatives to discuss this issue. We propose to introduce new descriptors that we consider necessary for the composition of a new macro-concept called *Eco-segurança Alimentar*, aimed to address the dissonances that hinder the production of proper quantities of good quality food, and to ensure the continuity of a healthy living around the world.

**KEY WORDS:** Food Security and Food Sovereignty, Ethics, Eco-Segurança Alimentar



## **Introdução**

No Brasil, o conceito de Segurança Alimentar como preocupação aliada à políticas públicas, abrangendo não apenas agentes de governo, ou de Estado - inclusive organização internacional -, mas também incorporando movimentos sociais da sociedade civil, entre estas, sociedades corporativas científicas e profissionais, sindicatos e conselhos, é de existência recente, digamos há mais de duas décadas. Além de se notar uma efervescência de intervenções, debates e confrontos é possível apontar para alguns desencontros, e conflitos, entre os propositores de ações e políticas, procurando agir na eliminação da insegurança alimentar. Com a globalização da economia, o sistema alimentar moderno vem adquirindo novas feições. As questões envolvem, para o encaminhamento de soluções, atores da órbita da produção, da distribuição e consumidores de alimentos, assim como, suas inter-relações, hoje em dia mais intensas e apresentando cada vez mais influências recíprocas. Logo, os problemas apresentados, contemporaneamente, pelo aparente simples ato de comer, inserem-se entres os problemas de ordem complexa, requisitando ações igualmente no campo da complexidade para apontar para possíveis soluções.

Em 2013, completou-se 20 anos da criação (ou 10 de recriação) do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), uma das iniciativas brasileiras de referência internacional, que visa acompanhar e propor soluções para as políticas de alimentação no país. Este é um importante espaço intersetorial de diálogo que é formado por membros do governo, em âmbito federal, estadual e municipal (), acolhendo membros da sociedade civil brasileira organizada, na razão 2 de seus membros para cada representante do poder público, e observadores convidados. É um órgão de caráter consultivo e propositivo. Ademais, em 1998, foi criado o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), com a finalidade de articular, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. O fórum colaborou na qualificação e fortalecimento da presença da sociedade civil no Consea; exerceu papel estratégico na construção e aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN – Lei 11.346/2006) que, entre outras medidas, determinou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), através do qual está em fase de implementação uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Também



influenciou na criação da Lei de Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009), que reconhece a alimentação escolar como um direito humano e torna obrigatória a compra de produtos da agricultura familiar e, igualmente, contribuiu para a inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada na Constituição Federal.

Desta forma, o Brasil tem avançado na construção do marco legal do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) e no fortalecimento e institucionalização de políticas para a erradicação da fome assim como da promoção da Segurança Alimentar. No entanto, o FBSSAN, em sua carta política publicada em 2013, informa que apesar dessas conquistas ainda faltam mecanismos de efetivação desses direitos “em face da persistência” e mesmo agudização tanto de ameaças que comprometem práticas alimentares saudáveis e respeitáveis da diversidade cultural, quanto de modelos responsáveis por danos sociais e ambientais que comprometem a biodiversidade. Ainda sobre os desafios, o documento registra que:

*É preciso enfrentar as contradições brasileiras no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional, tanto no âmbito nacional quanto na atuação internacional do país quando ela reforça modelos convencionais excludentes e concentradores. Isso se dá no contexto da chamada crise alimentar que, de fato, é sintoma de um sistema alimentar em crise.*

Essa crise pode ser descrita, essencialmente, pela inevitabilidade de se considerar o alimento uma mercadoria e não como direito humano. E, assim sendo, fica sujeito, em um mundo globalizado, às flutuações dos preços internacionais, em que contribui, agravando, a produção de grãos para uso não alimentar (biocombustíveis), portanto, ficando à mercê da especulação financeira dos produtos do agronegócio. Esses são fenômenos que constituem a face mais visível, de uma crise mais profunda, que questiona os pilares do sistema alimentar mundial. Para levar a cabo essa tipo de produção agrícola - visando em última instância o lucro - apelam para formas que maximizam-no como a monocultura em grande escala, com enorme uso de máquinas e elevado uso de agrotóxicos, conduzindo a uma alta concentração de capital para a produção, com controle exercido por um pequeno grupo de corporações, desde a produção até o varejo; e, por fim, não menos importante, padrões de consumo prejudiciais às culturas e à saúde humana, estimulados por um arsenal de comunicação,



em marketing e publicidade, que gira em torno de 33 bilhões de dólares por ano, só nos Estados Unidos da América (ROBERTS, 2009).

Ao avaliar este macro cenário de ambiguidades, contradições e enfrentamentos, consideramos pertinente colocar em pauta uma discussão no campo epistemológico a respeito do conceito de Segurança Alimentar. Também são emblemáticas, nesse sentido, as diferenças de entendimento, genericamente, entre os que propõem "Segurança Alimentar" e os que propõem "Soberania Alimentar" para atender problemas genuínos de alimentação da população, incluindo aqui à fome. Nesse sentido, o próprio FBSSAN, que antes se chamava Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) incluiu a Soberania Alimentar no seu V encontro nacional, ocorrido no ano 2006, em Belo Horizonte (MG).

Postas essas considerações preliminares, o intuito neste artigo é também adensar o debate e, prospectivamente, sugerir novas alternativas de tratar a questão, instigado pelo pensamento complexo trazido pelo filósofo e sociólogo francês Edgar Morin. Como apontado por Morin, "nas coisas mais importantes, os conceitos não se definem jamais por suas fronteiras, mas a partir do seu núcleo" (MORIN, 2005, p.72). Pretende-se levar em consideração ocorrências que despertaram fortemente no sistema alimentar mundial, sendo o mais sintomático o problema ambiental. Mas há outros. Para isso iremos discutir algumas razões que nos concita a sugerir o nome de Eco-segurança Alimentar como macroconceito mais adequado para tratar de problemas inscritos nas dissonâncias de se produzir alimentos em quantidade suficiente e de boa qualidade para a continuidade da vida sadia no mundo.

### **Homem-natureza: um binômio a ser integrado**

O geógrafo brasileiro Porto-Gonçalves (1989) aponta que a separação homem-natureza (cultura-natureza, história-natureza) é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o mundo ocidental, cuja matriz filosófica se encontra na Grécia e Roma clássicas. A afirmação desta oposição se deu ao longo da complexa História do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais. O autor esclarece que ter isso em conta é importante não só para compreender o processo histórico, mas, sobretudo, para compreender o presente.



*O movimento ecológico coloca hoje em questão o conceito de natureza que tem vigorado e como ele perpassa o sentir, o pensar e o agir de nossa sociedade. No fundo coloca em questão o modo de ser, de produzir e de viver dessa sociedade (p. 28).*

Tal reflexão entre a separação homem-natureza se impõe exatamente em momentos de crise, quando setores da sociedade se colocam a tarefa de repensar seus fundamentos, seus valores, seu modo de ser. O movimento ecológico está bem no centro destas complexas questões. Na opinião de Porto-Gonçalves, não é por acaso que, modernamente, a problemática ecológica transita entre a Ciência, a Filosofia e a Política, recolocando inclusive em novas bases a relação entre esses três planos. O século XIX foi o triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, foi subdividida em Física, Química, Biologia. O homem em Economia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, etc. Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento.

A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, de acordo com o autor, pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza. As ciências da natureza se separam das ciências do homem, criando-se um abismo colossal entre uma e outra. O autor sugere que a Ecologia vem ocupando um espaço teórico e político de que a ciência, a sociedade e a cultura contemporânea carecem.

As descobertas científicas do século XXI, principalmente as provenientes da Biologia, conseguiram apontar para um conceito de ecossistema, menos ambíguo e vago que o de natureza e meio ambiente. O ecossistema compreende o meio geofísico e o conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam esse meio. Nesse sentido, ponderamos que o conceito de Segurança Alimentar no Brasil deveria ser submetido a uma discussão epistemológica e filosófica, com o intuito de integrar os avanços das atividades em torno das ideias de ecossistema ao longo destas duas últimas décadas.



## **Explorando as causas da insegurança alimentar: historicidade do conceito de Segurança Alimentar**

Há uma convergência entre os estudiosos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) quanto à origem ou, melhor, quanto à natureza do conceito. Todos concordam que seu significado primeiro, advém de uma noção de segurança nacional própria dos Estados europeus do século XX, particularmente nos anos que se seguiram a I Grande Guerra Mundial (1914-1918). Nesse conflito, a população europeia, tinha sido dizimada, com campos e cidades destruídos. O sentido de humanidade que definia comportamentos éticos e morais nos conflitos do passado, que já haviam experimentado abalos nas guerras napoleônicas, havia se estilhaçado. A bipolaridade nos seus primórdios reforçava ainda mais, para ambos os lados, o uso do alimento e da garantia de acesso a ele por parte de todos, como uma fantástica arma. (CLAUSEWITZ, 1979, p.73 apud CAMPOS, 2014, p.120).

O abastecimento alimentar adquiria um significado de segurança nacional, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos, fortalecendo a ideia de que a soberania de uma nação dependia de sua capacidade de autoprovisão de alimentos e de matérias-primas. Portanto, o termo segurança alimentar, e não o fato em si, foi primeiramente de origem militar e vinculava a questão alimentar exclusivamente à capacidade de produção. Segurança alimentar tinha a ver, sobretudo, com a soberania da nação. (BELIK, 2003, p.; MALUF, 2007; LANG; BARLING; CARAHER, 2009).

A publicação das obras de Josué de Castro encontra-se sintonizada com o momento do cenário internacional, caracterizado pelo período do Pós-Guerra, no qual a geopolítica mundial encontrava-se num processo de reconfiguração de forças. (CAMPOS, 2014, p.121). Nesse momento da história mundial, o tema da Segurança Alimentar entrou na agenda internacional, sobretudo em função das experiências de privação de alimentos e de embargos, vivenciados durante a II Guerra Mundial (1939-1945).

Com a definição do bloco dos países capitalistas e o bloco dos países socialistas, intensifica-se o debate internacional sobre as causas da pobreza no mundo e a fome passa a ser identificada como um de seus principais aspectos inquietantes. Inserida nesse contexto e sofrendo uma forte influência dos países da América do Norte, durante



o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933–1945), foram criados os primeiros subsídios para a produção agrícola. Esta política impedia aos agricultores de parar a sua produção, pois o lucro estava relacionado ao aumento da produtividade (ROBERTS, 2009, p. 117-118). Começou a partir daí, principalmente nos EUA, um período de sobreprodução, expansão e intensificação até os dias de hoje. Foi necessário desenvolver novos mercados para escoar esses alimentos, tornando-se um problema para o Estado americano, que por sua vez amparava suas grandes corporações alimentícias. A superprodução era tal que chegou até a ser usada em políticas de ajuda internacional para combater o comunismo. (ROBERTS, 2009, p.119; LAPPE, 1991, p.92).

É por isso que no ano 1960, a balança comercial dos EUA, mesmo sendo deficitária em todos os setores, não o era na produção agrícola. A partir deste momento, a agricultura passou a fazer parte do livre mercado e este setor, altamente subsidiado, se impôs com vantagem comparativa americana aos demais. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) torna-se o principal órgão internacional relacionando o enfrentamento do problema da insegurança alimentar mundial e da fome em que esta assume papel destacado. Nesse enfoque, a fome passa a ser explicada como uma consequência da produção de alimentos em pequena escala, ocorrendo, sobretudo, nos “países do Terceiro Mundo”. E é nessa perspectiva que os governos envolvidos, órgãos internacionais como a FAO, assim como multinacionais detentoras de tecnologias de setor agropecuário, procuraram justificar a introdução do processo de modernização da agricultura em vários países do hemisfério Sul, nas décadas de 1950, 60, 70 como solução para eliminação da fome (GALBRAITH, 1976; HOBELINK, 1990; LANG; BARLING; CARAHER, 2009, apud CAMPOS, p.122-123). Fundadas na ideia de que o desenvolvimento material, precisamente, o técnico científico, seja o responsável pelo crescimento, pelo progresso que se confundem com desenvolvimento social e econômico e bem estar. Mas efetivamente essa política produziu concentração de riquezas e de terra em decorrência o êxodo rural.

No entanto, apesar do aumento relativo da produção dos alimentos associada à industrialização da agricultura, a década de 1970 registrou crises mundiais no estoque de alimentos de alguns países importantes e, apesar da quantidade produzida suplantar o número de habitantes do planeta, os números das vítimas da fome e da desnutrição



persistiram e em algumas regiões aumentaram. O êxodo rural se intensificou nesse período, resultado da mecanização das práticas agrícolas e do desemprego e pobreza gerada pelo avanço desse processo no campo (SOTO, 2002; apud CAMPOS, p. 121). No início dos anos 1970 (entre 1972 e 1974), os revezes climáticos e econômicos associados, produziram uma das mais graves crises de escassez de alimentos da história do século XX. Para Valente (2002), é justamente a partir desse episódio, quando o conceito de segurança alimentar ganha amplitude mundial, que a noção deixa de lado sua associação com os direitos humanos e ingressa no campo produtivista. “A ênfase estava na comida, e não no ser humano” (VALENTE, 2002, p.41).

O médico brasileiro Josué de Castro, em artigo publicado em 1971<sup>1</sup>, já denunciava que a “civilização da abundância, caminhava ao lado da civilização da miséria, pois os dados sobre a fome e desnutrição eram abafados pelo governo norte-americano. Essa contradição, afirma Castro, colocava em dúvida a afirmação quase universal de que os EUA “são um país verdadeiramente desenvolvido, e também criticava os apologistas da civilização das armas e da máquinas”, destacando que : “(...) *ousaram ir longe demais quando afirmaram que o país do dólar – que fez da tecnologia a sua ética – é, sem nenhuma dúvida, o país mais bem desenvolvido do mundo* (2003, p. 97-98).

É nesse contexto que ocorre a Conferência Mundial da Alimentação, organizada pela FAO, em Roma, no ano de 1974. Em função da situação verificada, o tema da Segurança Alimentar adquire uma importância destacada na agenda dos países, mas com o foco ainda na garantia de uma produção intensiva de alimentos, sendo tratada a necessidade da garantia da manutenção de estoques de gêneros alimentícios, que pudessem ser utilizados em situações de emergência (MALUF, 2007, CAMPOS, p. 123).

Com o aumento da oferta, verificou-se ser imprescindível cuidar também da capacidade de acesso aos alimentos, pois a persistência da fome continuou um fato. Para dar uma dimensão mais abrangente, a FAO, adota a definição de segurança alimentar que melhor expressa seu significado naquele momento da história que estabelece: “a segurança alimentar representa um estado no qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação

---

<sup>1</sup> Publicado no jornal Le Monde, edição de 17-18 de janeiro de 1971, Paris.





suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (BELIK, 2003, p. 23, Apud CAMPOS, p. 125)

### **O conceito de Segurança Alimentar no Brasil**

A componente “nutricional” no conceito de Segurança Alimentar, no Brasil ganhou força no final dos anos 1980 (IPEA, SEDH, MRE, 2002, p.69). A partir desta abordagem, em 1992, a FAO consolida outros descritores no conceito de segurança alimentar, relativos à qualidade dos alimentos: qualidade nutricional, biológica, sanitária e cultural. Tais componentes foram consolidados na I Conferência Internacional de Nutrição, promovida, em parceria, pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pela OMS (Organização Mundial da Saúde). (VALENTE, 2002).

Mas, seria nos anos 1990 que o conceito atingiria seus contornos atuais com a inserção de novas variáveis resultantes de outra dimensão assumida pelo direito à vida, tal como referido em passagens anteriores. No final da década de 1980 e início de 1990, observa-se uma ampliação ainda maior do conceito para incluir questões relativas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos e das dietas. Ao mesmo tempo, entram em cena as questões de equidade, justiça e relações éticas entre a geração atual e as futuras, quanto ao uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado, sob a égide da discussão de modos de vida sustentáveis. A questão do direito à alimentação passa a se inserir no contexto do direito à vida, da dignidade, da autodeterminação e da satisfação das necessidades básicas. (SEN apud VALENTE, 2002, p.41).

Ao longo do processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentos de 1996, foram emanadas contribuições do Comitê Nacional e da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar realizada em 1994, em Brasília (DF), que constituíram a base do relatório sobre a situação da Segurança Alimentar e da Fome no Brasil (COMITÊ NACIONAL MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1996). Tal documento foi entregue em 1996 pelo governo brasileiro, à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma, na Itália, por uma comissão tripartite (formada pela sociedade civil, governo e iniciativa privada). Nele, Segurança Alimentar e Nutricional foi conceituada, como segue:



*Segurança Alimentar e Nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável (CONSEA, 200423 - BRASIL. Relatório Nacional Brasileiro – Cúpula Mundial da Alimentação, Brasília (DF), Ministério das Relações Exteriores, 1996, p.1; CAMPOS, 2014, p.134)*

Através da evolução do conceito de Segurança Alimentar, encontramos ainda grandes contradições no sistema alimentar, fome/obesidade, sobreprodução/desperdício, saúde/doença, seguridade/risco, etc. Pretendemos entender a influência que o conceito de Segurança Alimentar teve para criar as condições do predomínio da fome num mundo de sobreprodução de alimentos, onde as grandes empresas transnacionais aparecem como os maiores beneficiários desta discussão, os quais têm influenciado no modelamento do atual sistema alimentar.

### **Novos descritores no conceito de Segurança Alimentar**

Desde a I Conferência Mundial de Alimentação, realizada pela FAO em 1974, houve a incorporação de novos elementos ao seu conteúdo, cabendo ressaltar que um dos avanços foi balancear as questões de disponibilidade e acesso com as preocupações na qualidade do alimento em si (*safety food*). A partir daí, começa-se a amalgamar a importância das questões relacionadas às formas de acesso por parte do conjunto da população (produção e distribuição) ou o que se conhece, em inglês, como *food security*, com as questões de *safety food* (CAMPOS, 2014, p 128).

No início dos anos de 1980, novos temas reclamam renovada atenção, particularmente os que afetam as vinculações entre produção agroalimentar, desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola. Percebe-se adicionalmente que a fome não é tanto uma consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas sim da marginalização econômica de certas populações (CHONCHOL, 2005, p. 3, Apud CAMPOS, p.128)

Nesse sentido, em 1986, o Banco Mundial definiu Segurança Alimentar como “o acesso por parte de todos, durante todo o tempo, em quantidade suficiente de



*alimentos para viver uma vida ativa e saudável*”. Dessa forma, mais do que a disponibilidade de alimentos, a capacidade de acesso por parte dos povos assume o *status* de questão crucial para a segurança alimentar. A partir de então, ela aparece associada à garantia de poder aquisitivo da população, crescimento econômico, redistribuição de renda e redução de pobreza. (VALENTE, 1995, p.128)

Em 1996 mais de 182 nações participaram da Cúpula Mundial da Alimentação, as quais se comprometeram em diminuir pela metade, até o ano 2015, o índice de pessoas subnutridas no mundo. Foram concebidos dois grandes documentos: a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, listando sete compromissos que os governos participantes iriam assumir para elevar o nível de segurança alimentar; e o complementar plano de ação da Cúpula Mundial da Alimentação, listando objetivos específicos para alcançar as metas consubstanciadas na declaração. Todas as nações envolvidas concordaram e subscreveram a declaração, coincidindo em relação à urgência na adoção de medidas, devendo-se para isso programar ações nas distintas esferas de atuação (local, regional, comunitária). Essas ações implicam iniciativas relacionadas, no âmbito educativo e político, ao combate à fome e à insegurança alimentar. (CAMPOS, 2014, p.127). Enfatiza-se os aspectos do acesso, qualidade e suficiência, valorizando os hábitos alimentares adequados, ao mesmo tempo em que situa a segurança alimentar e nutricional como condição basilar de cidadania (BELIK, 2003; CAMPOS, 2014, p.127).

### **Fome e obesidade as duas caras da mesma moeda: insegurança alimentar**

Na visão complexa, quando se chega por vias empírico-rationais a contradições, isso não significa um erro, mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução na nossa lógica (MORIN, 2005, p.68). No dia 04 de junho de 2013, os jornalistas do mundo inteiro se reuniram na sede da FAO, em Roma (Itália), para o lançamento da última edição da principal publicação da entidade chamada “O Estado da Alimentação e da Agricultura” (SOFA – em inglês), dedicada aos Sistemas Alimentares para uma Melhor Nutrição. O relatório destaca que, embora cerca de 870 milhões de pessoas sofressem de fome crônica no período de 2010 a 2012, o número representa apenas parte das vítimas. De acordo com o estudo, 2 bilhões de pessoas sofrem de uma ou mais deficiências de micronutrientes, enquanto



1,4 bilhão tem excesso de peso, das quais 500 milhões são obesas. Ou seja uma situação mais grave.

Segundo o relatório, 26% das crianças com menos de 5 anos têm atraso no crescimento e 31% sofrem de carência de vitamina A. A FAO reconhece a necessidade de atender a crescente preocupação com a obesidade no mundo, embora mantenha como prioridade o combate à fome. *“A obesidade não é um problema tão grande como a fome nos países em desenvolvimento. Primeiro há que garantir que as pessoas consumam alimentos suficientes e apropriados”*, afirma o Dr. Prakash Shetty, da FAO.

Nesse início de milênio o número de pessoas superalimentadas no mundo compete com as subalimentadas. O mais preocupante é que os países em desenvolvimento estão engrossando a fila dos países que sofrem com o problema da obesidade. De acordo com o Roberts (2009), não existe nada mais irônico como a epidemia global de obesidade. Em todas as culturas no mundo, se tornou paradigmático: observa-se que o sucesso econômico vem acompanhado com excesso de peso da população.

O problema do excesso de peso tem se configurado como transversal à questão da renda, sendo diagnosticado nas diversas classes sociais, mesmo que por motivações diferentes. Nas classes menos favorecidas economicamente, um dos agravos é o barateamento da alimentação dos trabalhadores e de suas famílias à custa do consumo de alimentos inadequados. Já nas classes média e alta, o que se observa é o excesso de consumo alimentar instigado pela mídia, em decorrência da ampliação das ofertas de produtos no mercado, de produtos altamente processados (SANTOS, 2007; CAMPOS, 2014, p.245).

Por outro lado, as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) registram que mais de 1 bilhão de adultos no mundo apresenta sobrepeso e 300 milhões apresentam algum grau de obesidade. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) vem atualizando a situação da população em termos de alocação de renda para consumo. O relatório de 2008/2009 mostrou que, dos 95 milhões de adultos que participaram do estudo, 3,8 milhões de indivíduos apresentavam déficit de peso. Outros 38,8 milhões (aproximadamente 41%) exibiam excesso; e 10,5 milhões foram considerados obesos. Por essa e outras razões, justifica-se a ampliação da luta contra a fome no Brasil e também contra a má alimentação e a obesidade. Nesse estudo, verificou-se que metade



da população brasileira está acima do peso, com um aumento significativo nos últimos 35 anos. Entretanto, a pesquisa (POF, 2008-2009), mostra que a desnutrição "caiu quase pela metade nos últimos 20 anos, enquanto o sobrepeso e a obesidade quase dobraram". A fome e a obesidade tem raízes na mesma origem: o sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos, baseado na monocultura em grande escala, em grandes latifúndios e alto uso de agrotóxicos, e mais recentemente, o avanço do uso de transgênicos. Tudo isso está ligado a um modo de produzir conhecimento através de uma concepção atomístico-individualista.

Os dados apontados neste artigo dão ao fenômeno da obesidade contornos de epidemia. Mantido o ritmo atual de crescimento do número de pessoas acima do peso, em dez anos elas serão 30% da população – padrão idêntico ao encontrado nos Estados Unidos, onde a obesidade já se constitui em sério problema de saúde pública (CAMPOS, 2014, p.243).

A obesidade é um desafio mundial, pelo que representa de redução na expectativa de vida e nos custos dos serviços de saúde. Em 2004, a Assembleia Mundial da Saúde - que é a instância deliberadora máxima da Organização Mundial da Saúde (OMS) - chamou a atenção para esse risco e editou o documento chamado Estratégia Global em Alimentação, Atividade Física e Saúde. Nele, os governos de todos os países se comprometem a instaurar políticas que estimulem padrões saudáveis de alimentação e de atividade física. A FAO lançou, em 4 de junho de 2013, em Roma, uma campanha mundial para erradicar a má nutrição, que provoca além das carências nutricionais, também a obesidade. Em termos gerais, a produção mundial de alimentos tem excedido a necessidade de consumo *per capita*. No entanto, a análise dos dados referidos indicam a existência de problemas de acesso aos alimentos, sobretudo em função da pobreza, assim como o consumo de alimentos acessíveis para a população de mais baixa renda, excessivamente calóricos e de baixa qualidade nutricional (CAMPOS, 2014, p. 246).

Num mundo em que o alimento e a comida estão sendo permanentemente artificializadas as contradições tornam-se cada vez maiores, ocorrendo um grande dispêndio de energia, recursos e esforços, no sentido de justificar o custo social, ambiental e cultural das consequências geradas pela Revolução Verde e pelo processo de industrialização dos alimentos (NESTLE, 2007, apud CAMPOS, 2014, p. 249).



## De alimentos a commodities

Os registros de *commodities* têm ocorrido no vigoroso sistema alimentar, onde convive dois pensamentos díspares, mas faces de uma mesma moeda. A origem está nos pensadores Thomas Robert Malthus (1766-1834) e Nicolas de Condorcet (1743-1794). Desde o início do século XIX, suas ideias a respeito do abastecimento alimentar versus crescimento da população têm influenciado nossas apreensões e discussões acerca da alimentação. Por um lado, Malthus (1798), afirmava que o mundo deveria enfrentar periodicamente estados de fome. De outro, Condorcet, propagava que com tecnologia e ciência os problemas de fome e subnutrição poderiam ser vencidos. (BELASCO, 2006, p.7).

Em Condorcet, portanto, encontramos uma verdadeira cornucópia, que caracteriza uma escola de pensamento bastante otimista com relação à produção alimentar. Nos dias atuais, tal visão é representada por corporações que defendem o desenvolvimento tecnológico como única via para produzir alimentos em quantidades suficientes. Tanto no que se refere às máquinas agrícolas, quanto aos relativos à biotecnologia, especificamente aos transgênicos. No jogo de poder, recursos e lobbys acabam por levar o Estado a partilhar dessas ideias como solução de alimentação da população.

Grandes investimentos nos EUA têm sido dedicados ao estudo e desenvolvimento da produção agrícola nos moldes das ideias preconizadas por Condorcet. Nesse sentido, busca-se criar um sistema alimentar baseado em um padrão de alto volume de produção de alimentos a cada vez mais baixo custo (ROBERTS, 2009, p.19). Culturas, como o milho e a soja, foram selecionadas pela sua alta produtividade, e absorção de energia do sol como commodities. Com isso, passaram a receber intensos subsídios nos EUA, por se tratarem de mercadorias, que atendiam bem ao desenvolvimento tecnológico.

A partir de 1972, a política estava focada em exportações de alimentos. É então lançada a política “*get big or get out*” (ROBERTS, 2009, p.120), trazendo como consequências maior concentração e queda nos preços. Entre os anos de 1996 e 2005, o preço das *commodities* mais importantes caíram em mais de 40%. (ROBERTS, 2009, p.122) Tendo em vista o potencial de inovações tecnológicas, químicas e mecânicas, capazes de incrementar exponencialmente a oferta de alimentos e de matérias-primas,



iniciado em EUA, foi espalhando-se pelos demais continentes no decorrer das duas décadas subsequentes. A Revolução Verde, que de fato ampliou substancialmente a produtividade de alimentos, mas que liquidou a diversidade de culturas e expulsou para as cidades intermináveis cordões de agricultores familiares despossuídos – tudo em nome de uma nova agricultura moderna e eficiente, capaz de gerar todos os excedentes necessários à recomposição de estoques mundiais e intensificar as ajudas humanitárias (CAMPOS, 2014, p. 126).

Segundo a FAO, dos 4% das 250 000 a 300 000 espécies de plantas comestíveis conhecidas, apenas 150 a 200 são utilizadas pela espécie humana e apenas três - arroz, milho e trigo - contribuem, com aproximadamente 60% das calorias e proteínas obtidas das plantas por seres humanos. 75% da diversidade genética de plantas foi perdida desde os anos 1900 quando os agricultores mundiais abandonaram as suas múltiplas variedades locais e “raças da terra” por variedades geneticamente uniformes de alto rendimento, 75% dos alimentos mundiais são gerados de apenas 12 plantas e cinco espécies de animais.<sup>2</sup>

### **Fome e paladar, Segurança Alimentar modelando paladares**

No início de sua História da alimentação no Brasil, Cascudo (1983) opõe sua própria perspectiva intelectual a expressada pelo Josué de Castro. Se Castro escreve do ponto de vista da “fome”, Cascudo afirma escrever sobre comidas e bebidas populares do ponto de vista do “paladar” (SANTOS, p.43) Na perspectiva de Cascudo, o “paladar” é determinado por padrões, regras e proibições culturais, segundo ele, é um elemento poderoso e permanente na delimitação das preferências alimentares humanas e está profundamente enraizados nas normas culturais. O autor sinaliza ainda, o paladar não pode ser facilmente modificado por políticas públicas, fundadas no argumento médico de que determinados alimentos oferecem um maior valor nutritivo. Modificações do paladar, argumenta, dependerão da mesma fonte de sua formação: o tempo (SANTOS, p.44).

No sistema alimentar atual, o paladar, mudou, nas suas causas encontramos, políticas públicas, o avanço do processo neoliberal, a definição de estratégias para a

---

<sup>2</sup> <http://www.fao.org/docrep/009/y5956p/Y5956P03.htm>



consolidação da globalização da economia, a abertura dos países ao mercado internacional, a liberalização do comércio internacional, a queda das barreiras alfandegárias. Estes fatores se constituíram num conjunto de medidas definidas pelos órgãos internacionais integrantes do Consenso de Washington, que incidiram diretamente na desestruturação dos sistemas produtivos nacionais em grande parte de países, sobretudo os do hemisfério Sul.

Tal processo foi encarado com naturalidade pela FAO, afinal de contas esta é uma organização que engloba todos os países da ONU, com interesse muitas vezes bastante antagônico com relação a uma política alimentar, assim como, abrigam as tensões e controvérsias no interior de cada país dela participante. Assim é que referenciais neoliberais por vezes sobrepujavam, defendendo a ideia de um sistema alimentar global, que contaria com países produtores de alimentos e países consumidores, e afirmava que o mercado internacional supriria as diferentes necessidades alimentares dos países (MALUF, VALENTE, 1996; Apud CAMPOS, 2014, p.140).

A dimensão da noção de insegurança alimentar, no contexto da satisfação das necessidades humanas básicas, ganha uma nova tessitura, onde as assimetrias entre renda e preços dos alimentos somam-se fragmentações e subversões de práticas e hábitos alimentares tradicionais em nome de um novo padrão “*standard*” de dieta associado à modernidade da vida, a irrupção de novas doenças e agravos de saúde relacionados à inadequação dos alimentos consumidos, sacrifícios à soberania alimentar das nações pela via da subordinação econômica dos Estados pobres e subdesenvolvidos às nações centrais do capitalismo (CAMPOS, 2014, p.172).

Esta padronização foi iniciada pelo modelo de industrialização, como sinalizado pelo escritor estadunidense Harry Braverman, que descreve no seu livro Trabalho e Capital Monopolista, como grandes massas de trabalhadores devem estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos sem prejudicar a produção em outros ramos. E com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, veio a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção (BRAVERMAN, p.234). Assim a segurança alimentar implica não somente na produção de alimentos mas, sobretudo, na capacidade de um indivíduo de obtê-los (LUNA, 1997; Apud CAMPOS, 2014, p.176).





De acordo com o historiador Armesto, a industrialização era percebida como geradora de impureza, corrupção e adulteração. Porém na era industrial, a única solução era mais industrialização. No fim do século XIX, a ciência da comida ficou obcecada pela pureza, e o processo de desenvolvimento nas indústrias de alimentos foi dirigido para produtos uniformes, previsíveis e seguros. Todas as antigas prioridades das cozinhas tradicionais foram superadas: prazer, individualidade, identidade cultural. Produtores de alimentos de visão compreenderam que a legislação sanitária, ao fazer com que os custos unitário aumentassem, favoreceria as economias de escala e traria mais negócios para os extremos mais fortemente capitalizados da indústria. (p.316) A higiene se converte em um argumento de venda que aprimoraria qualquer marca, a mecanização foi abençoada com a retórica da pureza “sem contato manual”, a moderna indústria de alimentos explorou o medo de doenças produzindo “comidas falsas” (ARMESTO, 2001, p.317).

A composição da oferta de alimentos pode, comprometer a condição de segurança alimentar se apresentar-se, na forma de produtos alimentares tanto inseguros do ponto de vista da sua qualidade comprometida pelo uso de elementos nocivos à saúde (venenos, adubos químicos em excesso, componentes químicos duvidosos ou pouco conhecidos, adicionados nas formulações de produtos processados, e outros), quanto pela introdução de novos hábitos e práticas alimentares que contribuem para destruir a cultura gastronômica dos povos, anulando identidades e alimentando modismos que ampliam dependências de padrões sob monopólio (CAMPOS, 2014, p.177).

As grandes empresas agroalimentares controlam cada vez mais os processos de produção e distribuição de alimentos. Certos alimentos, por outra parte, são produzidos cada vez mais “industrialmente”, apesar de que a própria noção de “indústria alimentar” (ATKINSON, 1983, p. 10-16; FISCHLER, 1979, p. 201) é repugnante para muita gente. Como é sinalizado por Michel Pollan (2008, p.14), a partir dos anos 60, o supermercado tem se convertido no local onde é realizada a maior parte das compras de produtos. Os verdadeiros alimentos têm desaparecido das prateleiras, para serem substituídos por uma moderna cornucópia de produtos altamente processados imitando comida. O Brasil não é a exceção. De acordo com a última pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2011), 59% dos brasileiros realizam suas compras em supermercados e hipermercados.



Com a industrialização progressiva e a liberalização dos mercados o setor agroalimentar, vive hoje ao ritmo da mudança e da globalização, tanto na produção quanto na comercialização, nos enquadramentos que determinam a regra de base do seu funcionamento e a sua permanente alteração promovida inicialmente pelo GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e posteriormente OMC (Organização Mundial de Comércio), criada em 1995, nas inovações políticas como o PAC (Política Agrícola Comum) e nas inovações técnicas (CAMPOS, 2014, p.185). Em 1963, com o objetivo de aliviar os obstáculos existentes para converter o mercado dos produtos processados num verdadeiro mercado global, as grandes corporações através de lobby conseguiram a ratificação da OMS e a FAO do *Codex Alimentarius* (ROBERTS, 2009, p. 33).

Os países signatários, incluído Brasil, tem se comprometido a seguir estas normas sanitárias, para as quais a qualidade do produto, entendida como inocuidade, traz algumas consequências como a padronização do consumo e perda de cultura alimentar. Agroindústrias familiares e de pequeno porte não podem arcar os investimentos de adequação que as normas requerem, que em alguns casos podem descaracterizar os modos de produção tradicional. Esta padronização evidencia a perda liberdade de escolha dos consumidores, e dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar (PCTAF's). A comida tradicional não consegue atingir a mesa do brasileiro, levando a cultura alimentar a um estágio de luta e reivindicação.

De acordo com Morin, na mais alta complexidade, a desordem torna-se liberdade e a ordem é muito mais regulação que constrição (MORIN, p.109). O que encontramos com o Códex é justamente constrição, com consonância com o que o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, denomina “alienação cultural”, onde a tecnologia se confunde na mentalidade dos “técnicos” bem instruídos, e do poder público em geral, com o *know how* representada pela técnica estrangeira. Todo sacrifício se justifica para conquista-lá (VIEIRA PINTO, 2005, p.256).

Os países capitalistas avançados incluíram na agenda mundial as preocupações relacionadas com a segurança dos alimentos (*food safety*) com vistas a assegurar a inocuidade do seu consumo para a saúde humana. Esta concepção “fez escola” na quase totalidade dos países, e instituiu um padrão internacional de produção e comércio de alimentos (MALUF, 2007, p.45). De acordo com Vieira Pinto (2005):



*...a tecnologia de origem externa serve de instrumento para aceleração do desenvolvimento da nação unicamente se for uma aquisição de livre escolha por parte de seu centro soberano de poder político, que objetiva os propósitos da autêntica consciência de si, a saber, a de suas massas trabalhadoras (p.257).*

A tendência de mudança de paladar são constatadas no Brasil pelo Ministério da Saúde, a partir do rastreamento telefônico que faz para monitorar fatores de risco para doenças crônicas. A POF de 2008-2009 mostrou que as famílias estão gradualmente substituindo a alimentação tradicional na dieta do brasileiro – arroz, feijão, hortaliças – por bebidas e alimentos industrializados, como refrigerantes, biscoitos, carnes processadas e comida pronta. Tudo mais calórico e, em muitos casos menos nutritivos. Os grandes beneficiários deste modelo é a indústria agroalimentar, agronegócios, redes varejistas, estamos frente a um sistema alimentar que antepõe os interesses particulares da agroindústria às necessidades alimentares das pessoas, processo que em se acentuado a partir da segunda metade do século XX (CAMPOS, 2014, p.243).

### **Eco-segurança Alimentar uma proposta, um macroconceito**

Como temos visto neste artigo, pretendemos discorrer sobre a complexidade de problemas advindos do atual sistema alimentar, debaixo do modo de produção capitalista, em tempos de grandes concentrações de corporações, que tem necessidade de vida ou morte de valorizar o capital. Observamos que as empresas são as maiores beneficiárias das políticas, aumentando, portanto, o volume de produtos alimentares produzidos. Essa atuação têm ocasionado problemas inscritos na insegurança alimentar,, o que faz com que a definição do significado da segurança alimentar se transforme em um espaço de disputa. Entendemos, assim, que Segurança Alimentar e seu correlato Segurança Alimentar e Nutricional não é um conceito já estabelecido, mas em construção.

O segundo princípio sinalizado por Morin para ajudar a pensar a complexidade do real, é o da repetição organizacional: “A sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz” (MORIN, p.74).

É preocupante o fato de que, apesar da consciência que tem a FAO sobre o problema da obesidade no relatório “*La nueva carga del mundo en desarrollo: la*



*obesidade*”, Bárbara Burlingame, Funcionária Superior do Grupo de Estimativa e Avaliação das Repercussões da Nutrição, da FAO, declara: “Há que se superar as monoculturas que apenas têm uma grande produtividade ou melhor resistência a doenças para se começar a eleger cultivares que primem por um melhor balanço de nutrientes”, a ciência clássica segue sendo considerada a solução, através da seleção de variedades mais ricas em micronutrientes como o ferro, ou a vitamina A para introduzir essas características em variedades ou híbridos que serão mais nutritivos. As razões expostas no presente artigo nos concitam a sugerir o nome de Eco-segurança Alimentar como macroconceito mais adequado para tratar de problemas inscritos nas dissonâncias de se produzir alimentos em quantidade suficiente e adequado para a continuidade sadia da vida no mundo.

Sobre esta ótica a ideia de Soberania Alimentar é mais ampla, pois abriga a cultura de um povo e de desenvolvimento territorial, parece fornecer mais substâncias para combater as questões de insegurança alimentar. Este conceito comporta saídas para questão da produção de alimentos seguros e suficientes, em qualidade e quantidade, do tipo: produção local e a eco agronomia. Nesse sentido, pretendemos estimular outros pesquisadores a discutir propositivamente o conceito de Eco-Segurança Alimentar para dar conta da complexidade que os problemas dos alimentos, ou do sistema alimentar, suscita na contemporaneidade. Na verdade, trata-se de reunir as proposições acerca de Segurança Alimentar e Nutricional Soberania Alimentar e Desenvolvimento Territorial, Ética, Ecologia e Agroecologia, numa única consideração. Cabe, portanto empreender previamente uma discussão acerca desses temas ou conceitos para uma reflexão dos pressupostos que incorporam este novo macroconceito.

## REFERÊNCIAS

ARMESTO, Felipe Fernández. *COMIDA uma história*. Tradução de Vera Joscelyn. Rio de Janeiro, Record, 2004.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologias: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Tradutores: Rosa I. Peralta, Eli L. de Jesus e Patricia Vaz. 3a. Edição. Rio de Janeiro, 2012,

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: Rumo a uma nova Modernidade*. Tradutor: Sebastião Nascimento. São Paulo, Editora 34, 2010.



CAMPOS, Maria Aparecida. Agroecologia: uma alternativa ética para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

CASTRO, J. Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Org.: Anna Martia de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONTRERAS, Jesús e MABEL, Garcia. *Alimentação Sociedade e Cultura*. Tradutor: Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidali. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2011.

COSTA, Ediná Alves. *Vigilância Sanitária: Proteção e defesa da Saúde*. São Paulo, Hucitec/Sobravime, 1999.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Tradutora: M. Lisboa e Luiz B. Montez, Rio de Janeiro, Contraponto-PUC/Rio, 2006.

LIMA, Sónia Centeno; MAGALHÃES, Rosana; FONSECA, Luiz Eduardo; CARVALHO, Agostinho de (Org.). *Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Oficina de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP- World Nutrition Rio-2012.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Editora Meridional/Sulina, 2007.

ORTEGA, Antonio Cesar e ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.) *Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, SP, Alínea, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

RAMOS, Pedro e ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Segurança Alimentar: Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial*. Campinas, SP, Alínea, 2010.

ROBERTS, Paul. *O Fim dos Alimentos*. T. Ana Gibson, Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

SINGER, Peter e MASON, Jim. *Ética da Alimentação*. Tradutor: Cristina Yamagami, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

## INTERNET

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *The State of Food and Agriculture 2013: Food systems for better Nutrition*. Roma, 2013. Disponível em: <<<http://www.fao.org/publications/sofa/en/>> Acesso em 22/03/2014.

\_\_\_\_\_.(FAO) .*The State of Food Insecurity in the World 2012 – Economic Growth is Necessary but Not Sufficient to Accelerate Reduction of Hunger and Malnutrition*. Roma, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/publications/sofi/en/>> Acesso em 22/03/2014

\_\_\_\_\_. (FAO). *El estado de la inseguridad alimentaria em el mundo: ¿cómo afecta la volatilidad de los 473 precios internacionales a las economías nacionales y la seguridad alimentaria?* Rome: FAO, 2011.



\_\_\_\_\_. (FAO) 1.02 billion people hungry. News release, 19 June. 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/en/item/>, Multifunctional Character of Agriculture and Land Conference, Background Paper 1, Maastricht, September 1999.

<http://www.fao.org/docrep/009/y5956p/Y5956P0320568/icode/>> Acesso em: 15 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. (FAO). The state of food insecurity in the world. Disponível em: <[www.fao.org/Focus/E/home.l.html](http://www.fao.org/Focus/E/home.l.html) > 2000. Acesso em 17 dez 2014

\_\_\_\_\_.FAO. Relatório Mundial sobre a Fome. Roma, 2008.

\_\_\_\_\_.O progresso em reduzir a fome parou virtualmente. Disponível em: <[www.fao.org/english/new](http://www.fao.org/english/new) [www.fao.org/english/new](http://www.fao.org/english/new)>. Acesso em: 18 jun. 2013

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036.2 versão, 1996. Fonte: FAO. 1999 FAO. 1999a. Agricultural Biodiversity.htm